



Observatório Ambiental de Alcanena

Ata da 3ª Reunião – 11 de Setembro de 2018

Aos onze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, teve lugar no Auditório da Câmara Municipal de Alcanena a terceira reunião do Observatório Ambiental de Alcanena, tendo estado presentes os representantes das entidades que constam da folha de presenças anexa.

A presente reunião teve a seguinte ordem de trabalhos: 1 – Revisão/aprovação da ata da 2ª reunião, realizada a 03 de Abril de 2018; 2 – Informações; 3 – Plano de Ação para 2018 – Evolução dos trabalhos.

A reunião foi conduzida pela Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Alcanena (CMA), Dr.ª Fernanda Asseiceira, enquanto entidade coordenadora deste projeto, que deu início à sessão dando as boas-vindas e agradecendo uma vez mais a presença e colaboração de todos neste projeto.

Passou-se de seguida ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, com a revisão/aprovação da ata da 2ª reunião, realizada a 03 de Abril de 2018.

Após a leitura e revisão por parte dos diferentes intervenientes, foi então colocada a ata a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos, a Exma. Senhora Presidente começou por referir que foi elaborada uma estrutura com o Plano de Ação para 2018, aprovado na reunião anterior, que esteve em exposição no Festival da Biodiversidade, realizado em Maio, encontrando-se neste momento em exibição no edifício da Câmara Municipal. Foi também um documento amplamente divulgado, estando disponível a todos os interessados.

Relativamente à evolução dos trabalhos do Plano de Ação para 2018, informou ainda que a CMA efetuou um ponto de situação intercalar a 05 de Junho de 2018, tendo sido feito um novo ponto de situação, datado de 04 de Setembro, para apresentação na presente reunião.

A Exma. Senhora Presidente passou então à apresentação do referido documento, concretamente as medidas / ações apresentadas pela CMA.

Em relação às campanhas de monitorização em curso, esclareceu que o contrato com a Agroleico tem previsto a realização de 4 campanhas de monitorização da qualidade do ar no decorrer do corrente ano. No início de 2018, em Janeiro, foi realizada uma campanha inicial relativa a uma adjudicação anterior.

Mais informou que, relativamente ao relatório da 3ª campanha de monitorização da qualidade do ar e da auditoria à ETAR e Aterro de Lamas, a CMA tem como procedimento interno levar primeiro à aprovação em Reunião de Câmara e só posteriormente divulgar externamente.



Desta forma, estes documentos serão enviados a todos os elementos do Observatório após aprovação em Reunião de Câmara.

Propôs assim que na próxima reunião do Observatório Ambiental, após receção e análise dos documentos a enviar, possa ser efetuada uma apreciação conjunta desses relatórios, com a contribuição de todas as entidades.

Informou ainda estar agendada a realização de uma reunião entre a Agroleico e a CMA, a AUSTRAL, a APIC e o CTIC para o próximo dia 25 de Setembro, para apresentação dos resultados das vistorias realizadas às unidades industriais e respetiva análise às condições de pré-tratamento existentes. Nesse âmbito, será depois produzida informação, a apresentar também em Reunião de Câmara, sendo posteriormente disponibilizada às entidades intervenientes no Observatório Ambiental. Propôs assim que na próxima reunião do Observatório se faça também a análise conjunta dos documentos relativos à auditoria às unidades industriais.

Ainda no contexto das medidas adotadas pela CMA no âmbito do Plano de Ação para 2018, o Eng.º Miguel Guerreiro, técnico de ambiente da CMA, informou sobre a realização de vistorias regulares à ETAR. Até à data, foram efetuadas 43 deslocações em 2018, com produção de relatório sempre que se verifiquem situações anómalas. Informou ainda que, de um modo geral, os principais problemas ao nível do funcionamento da ETAR são o não cumprimento da licença de descarga em determinados parâmetros, nomeadamente os sólidos suspensos, CBO e CQO, e a libertação de odores em alguns pontos da ETAR e aterro de lamas, com influência direta na qualidade de vida da população. Este último ponto só se resolverá, para além da adoção de outros processos/tecnologias de tratamento, com a cobertura de algumas das zonas de tratamento. É importante que se avance com estas alterações, nomeadamente ao nível da obra de entrada e também no aterro, concretamente ao nível da estabilização das lamas. A ETAR teve durante muitos anos um problema relacionado com as cheias em alturas de grande pluviosidade, tendo ficado minimizado com as obras de proteção da ETAR contra cheias, realizadas no âmbito do protocolo estabelecido com a APA. No entanto, continua a verificar-se, efetivamente, um grande volume de pluvial a chegar à ETAR, tanto doméstico como industrial.

Neste âmbito, a Exma. Senhora Presidente solicitou ao Eng.º Miguel Guerreiro a realização de um resumo sobre a matéria para constar em ata. Referiu ainda que estas deslocações têm vindo a ser feitas, e continuarão a ser feitas, periodicamente e com regularidade, bem como sempre que se verifiquem situações anómalas.

Relativamente às questões do património ambiental, a Exma. Senhora Presidente mencionou que o rio Alviela é referenciado como ponto estratégico na valorização ambiental do concelho, advindo deste facto uma maior preocupação de monitorização, nomeadamente para prevenção e acompanhamento de possíveis problemas ambientais.



Município de Alcanena

Câmara Municipal

Em 2018 foram realizadas análises quinzenais à qualidade da água do rio Alviela a partir do mês de Maio, sendo que se irão estender até final do ano. Foi também decidido que, no próximo ano, as análises sejam feitas, quinzenalmente, durante todo o ano (de Janeiro a Dezembro).

Neste âmbito, o Eng.º Miguel Guerreiro informou ainda que os relatórios das análises à qualidade da água da praia fluvial são publicados na área de Ambiente da página da CMA. Apesar da praia, neste momento, ser uma “praia não designada”, a CMA decidiu continuar a fazer análises periódicas aos parâmetros microbiológicos *Escherichia coli* e *Enterococos intestinais*, por recomendação da APA, e também de *Salmonella*, apesar de não ser obrigatório. De um modo geral, as análises têm estado dentro dos valores de referência, estando a segurança dos utilizadores salvaguardada. Estas análises têm vindo a ser efetuadas também no sentido de criar um histórico para que, junto da APA, se possa tentar novamente que a praia fluvial volte a ser designada como tal. Está ainda a avaliar-se a possibilidade de incluir também alguns parâmetros físico-químicos, nomeadamente para detetar/acompanhar possíveis problemas de poluição.

Neste sentido, a Exma. Senhora Presidente questionou a APA sobre quais as análises que importa fazer.

O Exmo. Senhor Eng.º Carlos Castro, representante da APA, mencionou que, para além dos parâmetros microbiológicos, interessa também que se testem alguns parâmetros químicos, de modo a fazer algum despiste relativo a um possível foco de poluição, nomeadamente analisando quais os que importa testar face às atividades que possam existir aqui na Bacia do Alviela.

A Exma. Senhora Presidente sugeriu então que o Eng.º Miguel Guerreiro enviasse para a APA quais os parâmetros que estão a ser monitorizados e quais os que se preveem incluir, pedindo à APA a validação dos mesmos ou a sugestão de possíveis alterações. Sublinhou que importa incluir todos os parâmetros necessários para a melhor caracterização deste local sensível.

Neste âmbito, informou ainda estar a ser elaborado pelo Gabinete de SIG um mapa de vulnerabilidades, com identificação das principais linhas de água a monitorizar no concelho de Alcanena e com a localização de potenciais focos de poluição/vulnerabilidades, dando a palavra à Eng.ª Rosária Castelo, do Gabinete de SIG da CMA. A Eng.ª Rosária Castelo referiu que este mapa, para início dos trabalhos, foi desenvolvido em conjunto com o Eng.º Miguel Guerreiro. Neste mapa, foram referenciados, a laranja, as unidades de curtumes e produtos químicos, havendo maior concentração nas localidades de Alcanena, Vila Moreira e Gouxaria; as estruturas de saneamento foram identificadas a roxo; a castanho, as serrações de madeiras, existindo em Minde, Olhos de Água do Alviela e Espinheiro; a preto, as sucatas, com maior expressão em Serra de Santo António, existindo também em Carvalheiro e Vila Moreira; a azul, as estruturas de gestão de resíduos; a verde, as agro-pecuárias em atividade, como maior



concentração em Serra de Santo António e também algumas em Alcanena e Vila Moreira. Estão também representadas as linhas de água mais representativas e que importa monitorizar.

A Eng.ª Rosária Castelo informou ainda que estabeleceu alguns contactos, ainda que informais, com os colegas dos concelhos vizinhos, de modo a poder ter acesso a informação análoga para que o mapa se torne mais completo e abrangente. Serão entretanto estabelecidos contactos formais, para solicitar o contributo efetivo destas entidades ao nível da disponibilização da informação.

O Eng.º Miguel Guerreiro salientou que o ribeiro do Carvalho e a ribeira da Gouxaria eram os dois pontos de água mais poluídos antes da entrada em funcionamento da ETAR, na década de 80, devido à grande concentração de indústria. Com este mapa, pretende-se identificar quais os principais pontos críticos, para posterior monitorização, a montante e a jusante.

O Exmo. Senhor Paulo Lucas, representante da Associação ZERO, sugeriu ainda a elaboração de fichas de caracterização desses pontos críticos, nomeadamente possíveis focos de poluição.

Em relação às linhas de água existentes no concelho, o Eng.º Miguel Guerreiro acrescentou ainda que, à exceção do rio Alviela e da ribeira do Espinheiro, que são de carácter permanente, todas as outras são temporárias, secando nos meses de menor pluviosidade.

O Exmo. Senhor Eng.º Nuno Silva, representante do CTIC, sugeriu incluir também no mapa a linha de água que passa junto ao CTIC.

Neste contexto, a Exma. Senhora Presidente sugeriu promover uma reunião com os técnicos das Câmaras Municipais da zona de influência do concelho de Alcanena, de modo a desenvolver e sensibilizar para o trabalho conjunto, designadamente na identificação de potenciais focos de poluição no território referenciado. Sublinhou ainda a relevância do desenvolvimento das fichas de caracterização dos pontos, conforme sugestão anterior.

O Eng.º Nuno Silva sugeriu também verificar junto da APA a existência de possíveis captações/furos de água de abastecimento, podendo alguns dos proprietários ter análises que possam ser disponibilizadas e utilizadas no trabalho em curso.

O Eng.º Carlos Castro acrescentou que essas análises não são obrigatórias, mas que muitas entidades as fazem. Referiu ainda que estes dados até estão disponíveis na plataforma SILiAmb – Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente.

O Eng.º Miguel Guerreiro referiu que existem muitos furos que não estão licenciados e que até, eventualmente, podem ser possíveis pontos de poluição da água de abastecimento.

O Eng.º Carlos Castro realçou que os furos abandonados devem ser selados.

O Exmo. Senhor Eng.º Domingos Patacho, representante da Quercus, sugeriu que poderia haver uma cartografia complementar sobre as bacias de alimentação das linhas de água, particularmente a bacia de alimentação do rio Alviela.



O Eng.º Miguel Guerreiro referiu que esses dados foram solicitados às Câmaras Municipais limítrofes. Acrescentou ainda que, sendo esta uma região cársica, é complicado definir essas áreas com precisão, nomeadamente por existirem alterações anuais consoante as condições.

O Eng.º Domingos Patacho referiu ainda que deveria ser sinalizado no mapa de vulnerabilidades o passivo ambiental existente em Covão do Coelho – cinzas e escórias depositadas pelo proprietário, provenientes duma Central de Biomassa da Figueira da Foz.

O Eng.º Miguel Guerreiro esclareceu que a IGAMAOT, após denúncia da Quercus e verificação no local, intimou o proprietário à remoção do referido material. As análises realizadas pela IGAMAOT após os trabalhos de remoção caracterizaram os resíduos remanescentes como composto, tendo dado o processo como encerrado. A última decisão do Tribunal considerou o mandato como cumprido.

Relativamente a este assunto, e tendo como enquadramento os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Observatório Ambiental, sugeriu-se colocar a questão à IGAMAOT sobre o que efetivamente se encontra nesses terrenos à presente data, nomeadamente por se encontrar em zona de reserva natural.

A Exma. Senhora Presidente sublinhou a importância de insistir com os Municípios envolventes para a disponibilização dos dados para completar este mapa. Ainda neste âmbito, questionou a APA se podem ser efetuadas recolhas/amostragens nos Municípios vizinhos, ao que o Eng.º Carlos Castro respondeu não haver nada em contrário.

A Exma. Senhora Presidente acrescentou que, posto isso, a CMA irá rever os novos ofícios a enviar a essas entidades, uma vez que ainda não obteve resposta aos anteriores. A CMA irá enviar novos ofícios, desta vez a informar quais os locais de amostragem, no sentido de perceber, entre Alcanena e Santarém, quais os potenciais pontos críticos que possam existir.

O Eng.º Carlos Castro mencionou que, em complemento a esses dados, existem ainda os resultados das análises já realizadas na zona da nascente do rio Alviela, que podem servir de termo de comparação.

O Eng.º Miguel Guerreiro complementou que esses resultados podem ser depois comparados com as análises realizadas à saída da ETAR, no ribeiro do Carvalho, testando também a qualidade da água noutros pontos do rio Alviela, nomeadamente após a confluência com o ribeiro do Carvalho, de modo a apurar se mantém as condições ou se existem outros possíveis focos de poluição.

A Exma. Senhora Presidente sublinhou uma vez mais a importância das ações de valorização do rio Alviela, nomeadamente no sentido de fomentar a fruição por parte das populações.



Referiu que foram apresentadas pela CMA duas candidaturas ao Fundo Ambiental: ao Aviso n.º 3771-B/2018 Repensar Rios e Ribeiros - “Conhecer e Valorizar Alviela”, candidatura não aprovada; e ao Aviso n.º 3771-A/2018 Educação Ambiental + Sustentável: Promover o uso eficiente da água - “Alcanena – mais água melhor ambiente”, candidatura aprovada sem financiamento, tendo sido submetida resposta em sede de audiência prévia, aguardando-se decisão final.

Mencionou ainda que, no âmbito destas candidaturas ao Fundo Ambiental, a Agência Ciência Viva foi contemplada com a aprovação de uma candidatura de âmbito nacional com o projeto “Rio Acima”, sendo que a sua execução irá envolver a colaboração de vários Centros Ciência Viva a nível nacional, nomeadamente o Centro Ciência Viva do Alviela com o desenvolvimento de ações associadas ao rio Alviela.

Relativamente à valorização das zonas ribeirinhas, acrescentou ainda que, fora das zonas urbanas, a limpeza das margens e leito dos rios e ribeiras é uma responsabilidade dos proprietários. Neste sentido, questionou a APA se a notificação para a respetiva limpeza deve ser efetuada pela Câmara Municipal ou pela APA.

O Exmo. Senhor Eng.º Carlos Castro referiu que foi publicado um Edital com essa obrigatoriedade, mas que eventualmente poderá não estar amplamente divulgado. Em resposta à questão colocada, informou que a Câmara Municipal poderá enviar para a APA os dados dos proprietários para a devida notificação pela APA. Caso não se verifique o cumprimento por parte dos mesmos, haverá lugar a um processo de contraordenação. Caso se continuem a verificar incumprimentos, ficarão sujeitos a nova notificação de contraordenação, invocando o desrespeito pelos normativos em vigor. Acrescentou ainda que, nestes casos, a substituição dos particulares pelo Estado, imputando os custos ao primeiro, não está instituída.

A Exma. Senhora Presidente sugeriu assim que a CMA apoiasse na divulgação do referido Edital.

O Exmo. Senhor Paulo Lucas, da Associação ZERO, deixou uma chamada de atenção no sentido de se evitarem possíveis atrocidades na realização dessas limpezas, nomeadamente por parte dos proprietários.

O Exmo. Senhor Eng.º Carlos Castro referiu que, juntamente com a notificação para a limpeza, enviam também um conjunto de normas a adotar ao levar a cabo esses trabalhos.

O Exmo. Senhor Paulo Lucas sugeriu que, de modo a dar maior visibilidade à questão, a CMA poderia escolher um troço do rio para realizar uma ação de limpeza.

A Exma. Senhora Presidente referiu que a CMA, de acordo com a informação que dispõe, vai proceder ao levantamento desses proprietários para enviar para a APA.



O Exmo. Senhor Eng.º Carlos Castro salientou que, normalmente, é muito mais eficaz quando a limpeza das linhas de água é efetuada por uma Associação de Proprietários.

O Exmo. Senhor Paulo Lucas destacou um projeto que está a ser desenvolvido pela CM de Torres Vedras, no âmbito do POSEUR, para a preservação duma espécie de peixe – o Ruivaco-do-Oeste. O projeto inclui a requalificação de 7 troços de rio onde a espécie ocorre, nomeadamente limpeza e estabilização das margens e leitos, remoção de infestantes, entre outros aspetos.

O Exmo. Senhor Arq.º Fernando Faria Pereira acrescentou que, no âmbito do projeto de valorização do rio Alviela, deveriam também ser sinalizadas as espécies invasoras, nomeadamente ao nível da flora aquática. Salientou ainda que existem igualmente procedimentos a cumprir na remoção dessas espécies, de modo a evitar a sua disseminação.

Neste âmbito, a Exma. Senhora Presidente sugeriu reunir os parceiros fulcrais para o desenvolvimento deste projeto de valorização do rio Alviela, nomeadamente o ICNF, a Quercus, a ZERO, a APA e, eventualmente, outras ONGA's a nível local, bem como outras entidades de relevância ao nível do Ensino Superior.

O Exmo. Senhor Paulo Lucas referiu que, no âmbito da distribuição dos Fundos de Coesão e considerando que as taxas de execução do POSEUR estão atualmente muito baixas, era importante que os Municípios, nomeadamente Alcanena, sinalizassem junto do Ministro da tutela a importância de abrir mais medidas no domínio Ambiental.

No que se refere ao ponto seguinte do Plano de Ação para 2018, no âmbito da revisão do PDM, o Eng.º Miguel Guerreiro referiu estar previsto um artigo (artigo 34º) relativo à inclusão de limites à propagação de espécies florestais de crescimento rápido e outro (artigo 85º) relativo à instalação de atividades industriais.

Após a leitura dos referidos artigos, foram pedidos contributos às entidades presentes.

O Exmo. Senhor Eng.º Domingos Patacho sugeriu as seguintes alterações:

- Artigo 34º

1. Acrescentar no final «...sempre que as condições o permitam.»;
2. Substituir «plantação» por «arborização», por uma questão de coerência na designação utilizada;

a) Clarificar se também não é permitida a arborização com espécies de crescimento rápido, ou apenas quando se trata de rearborização. Se for o caso, ponderar a inclusão de nova alínea com essa informação;

c) Ver redação para clarificar: «...dentro da propriedade alvo de intervenção».



O Exmo. Senhor Paulo Lucas referiu que, se existe o objetivo, por parte do atual executivo, de limitar o aumento das áreas com espécies florestais de crescimento rápido, esse ponto deverá ficar claro na redação do PDM.

Foi então proposta a revisão das alíneas do referido artigo 34º.

O Exmo. Senhor Arq.º Fernando Faria Pereira mencionou que, não obstante não ser essa a sua área e da revisão do PDM estar a ser acompanhada por outro colega do ICNF, pelos conhecimentos que tem, o PDM pode ser mais restritivo que a própria lei geral.

Prosseguindo com o ponto de situação das ações/medidas que estão a ser implementadas pela CMA no âmbito do Plano de Ação para 2018, a Exma. Senhora Presidente informou que foram enviados ofícios à CM Porto de Mós, CM Santarém e APA, solicitando informação sobre os lagares existentes na área do Maciço Calcário Estremenho. As referidas Câmaras Municipais não enviaram resposta ao solicitado. A APA remeteu ofício com informação sobre os títulos de rejeição de águas residuais emitidos para as unidades industriais de extração de azeite (lagares), enviando juntamente a listagem dos lagares disponíveis em base de dados, desconhecendo-se quais os que se encontram ainda em funcionamento.

O Exmo. Senhor Eng.º Carlos Castro esclareceu que a APA só dispõe de dados relativos aos lagares que solicitaram licença de descarga das águas ruças, uma vez que, se o lagar tiver lagoa de evaporação, deverá ter licença de descarga aprovada pela APA. Acrescentou ainda que, no caso de optarem por bacia de retenção, não carecem de licença de descarga. Poderão fazer o espalhamento das águas ruças em terrenos agrícolas, sendo que, nesse caso, deverão solicitar autorização à respetiva DRAP.

O Exmo. Senhor Arq.º Fernando Faria Pereira acrescentou ainda que, se esses terrenos se encontrarem em área de Parque Natural, para além de todas as outras autorizações/licenças necessárias, terá também de ser solicitada autorização do ICNF.

O Exmo. Senhor Eng.º Luís Filipe Sousa, representante da DRAP-LVT, referiu não ter certeza sobre a obrigatoriedade de solicitar autorização às DRAP para o espalhamento das águas ruças em terrenos agrícolas, comprometendo-se a averiguar essa situação.

No âmbito do referido assunto, a Exma. Senhora Presidente solicitou então que se confirmasse junto das DRAP se é ou não obrigatório esse pedido de autorização. No sentido de reunir a informação proveniente das diferentes entidades e cruzar os dados disponíveis, designou que se questionasse as DRAP se têm informação sobre os lagares que não optam por lagoas de evaporação, nomeadamente sobre que encaminhamento dão às águas ruças e se pedem autorização para o respetivo espalhamento. Solicitou ainda que a DDSU averiguasse, nos processos de licenciamento dos lagares submetidos à CMA, qual a opção final assinalada para a rejeição das águas ruças.



Para finalizar o ponto de situação sobre as ações a cargo da CMA, a Exma. Senhora Presidente referiu que, no âmbito da implementação de um Plano de Educação Ambiental mais abrangente para o Município, a CMA está à procura de recursos humanos que possam vir a apoiar nesta matéria, nomeadamente ao nível de possíveis estágios curriculares, solicitando à Exma. Senhora Professora Doutora Isabel Capela que averiguasse essa possibilidade junto da Universidade de Aveiro.

Passando para as ações propostas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), a Exma. Senhora Presidente apresentou algumas das diligências já tomadas, mencionando ainda o convite enviado no âmbito da visita da Exma. Senhora Secretária de Estado da Indústria, Ana Teresa Lehmann, ao concelho de Alcanena, no próximo dia 14 de Setembro, onde está prevista a visita às empresas Couro Azul e Curtumes Ibéria.

Relativamente ao processo de licenciamento das unidades industriais, a Exma. Senhora Presidente sugeriu que o Arq.º Sérgio Simões da CMA agendasse reunião com o IAPMEI com vista à clarificação desta matéria e à produção de *checklists* que permitam identificar os principais aspetos a avaliar/controlar ao nível do licenciamento.

Em relação ao ofício enviado pela CMA à CCDR-LVT, o Exmo. Senhor Eng.º Cristiano Amaro mencionou que esteve a verificar durante a manhã o respetivo encaminhamento, mas que, por algum motivo, o mesmo não lhe foi feito chegar. Neste sentido, irá agora debruçar-se sobre o assunto e irá dar resposta ao solicitado logo que possível.

No que se refere ao licenciamento das unidades industriais, a Exma. Senhora Presidente voltou a frisar a importância de assegurar que o processo de licenciamento não fosse tão aligeirado.

A Exma. Senhora Eng.ª Paula Lança, representante do IAPMEI, esclareceu que as unidades de curtumes eram anteriormente classificadas na tipologia 2 (à luz dos regimes de licenciamento RELAI, REAI e SIR), mantendo-se a entidade coordenadora do licenciamento o IAPMEI. Contudo, com a entrada em vigor do novo regime de licenciamento SIR (com a redação dada pelo DL nº 73/2015 de 11 de Maio), alguns estabelecimentos de curtumes (aqueles que têm a operação ribeira) passaram para a tipologia 1, por força da necessidade de atribuição de NCV - Número de Controlo Veterinário pela DGAV, situação que se alterou recentemente com uma nova interpretação dada pela DGAV sobre os subprodutos de origem animal – peles verdes. Assim, não obstante a existência de operação ribeira, estes estabelecimentos não carecem atualmente de NCV, ficando todos enquadrados na tipologia 3, tendo passado a Câmara Municipal a constituir-se como entidade coordenadora. O novo SIR veio permitir a simplificação dos procedimentos, visando atrair o investimento, tendo deixado cair os parâmetros classificativos da potência elétrica, número de trabalhadores e potência térmica. Deste modo, classifica a maioria dos estabelecimentos em tipologia 3.



Ainda no âmbito desta matéria, a Exma. Senhora Presidente referiu que deveria ser salvaguardada a especificidade de cada indústria no processo de licenciamento, independentemente do órgão licenciador, voltando a sublinhar que os critérios de licenciamento numa indústria de curtumes não podem ser os mesmos numa pastelaria.

A Exma. Senhora Eng.ª Paula Lança referiu que essas questões foram todas colocadas no decorrer do processo de alteração que foi posteriormente implementado, podendo agora chegar-se “ao ridículo” numa pastelaria, se trabalhar com géneros alimentícios de origem animal que careçam de NCV, poder ser classificada como tipo 1. A balança ficou completamente desequilibrada. Neste âmbito, voltou a sublinhar que o IAPMEI continua disponível para colaborar nesta matéria, nomeadamente na produção das *checklists* necessárias aos processos de licenciamento.

Relativamente às propostas apresentadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), o Exmo. Senhor Arq.º Fernando Faria Pereira mencionou que a resposta ao ofício enviado pela CMA será enviada com alguma brevidade.

Passando às ações remetidas pela Administração-Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS LVT) / Unidade de Saúde Pública do ACES Médio Tejo, a Exma. Senhora Presidente referiu que será solicitada colaboração na análise dos relatórios à monitorização da qualidade do ar e também da qualidade da água da praia fluvial.

Relativamente às propostas apresentadas pelo Centro Tecnológico das Indústrias do Couro (CTIC), o Exmo. Senhor Eng.º Nuno Silva mencionou que o CTIC tem vindo a ser contactado por algumas empresas que pretendem apresentar soluções para o aproveitamento dos resíduos curtidos, nomeadamente para produção de proteínas a partir dos mesmos. Essas diferentes possibilidades estão a ser avaliadas mediante as especificações apresentadas.

Referiu também o agendamento, com a maior brevidade possível, de uma reunião entre os técnicos da CMA e o próprio, para iniciar a sistematização da informação ao nível dos indicadores de sustentabilidade que importa avaliar. Irá também ser agendada uma reunião com a Professora Doutora Isabel Capela, da Universidade de Aveiro, para avaliar possível colaboração ao nível dos processos existentes para reutilização dos subprodutos/resíduos das indústrias de curtumes.

Acrescentou ainda que o CTIC continua a acompanhar o projeto VALE, no âmbito da economia circular, nomeadamente no apoio à elaboração de candidaturas. Estão também a acompanhar os processos de algumas marcas, como a Zara e a Decathlon, que estabelecem logo à partida um conjunto de requisitos que os fornecedores têm de cumprir para poder trabalhar com as mesmas.



Passando a palavra ao Exmo. Senhor Eng.º Luís Filipe Sousa, representante da Direção-Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP-LVT), foi novamente abordada a questão dos lagares, comunicando que, após contacto efetuado com os serviços, obteve informação de que os lagares fazem um pedido prévio a informar que irão efetuar o espalhamento das águas ruças em determinada data e local. No decorrer do ano passado foram apresentados apenas 6 pedidos neste âmbito. Relativamente aos processos de licenciamento, informou ainda que enviou para a CMA, durante a manhã, listagem dos lagares existentes na base de dados da DRAP-LVT à data de 2013.

A Exma. Senhora Presidente solicitou uma atenção especial sobre esta matéria, nomeadamente no reforço da recolha e cruzamento da informação junto das diferentes entidades. É importante efetuar o cruzamento de todos os dados e listagens recolhidas de modo a ser desenvolvida uma lista única.

Deverá ser reforçado o pedido junto das DRAP para disponibilização da informação relativa às respetivas áreas de influência, designadamente sobre os pedidos de espalhamento das águas ruças. A solicitar também ao ICNF se receberam algum pedido de parecer por parte dos lagares inseridos em área de Parque Natural.

A Exma. Senhora Comandante do Posto da GNR de Alcanena, Sargento Patrícia Fernandes, mencionou que todos os anos, durante o período de funcionamento dos lagares, existe a “Operação Lagaragem” em que os lagares são todos fiscalizados pela GNR.

A Exma. Senhora Presidente sinalizou que a CMA deverá solicitar à GNR-SEPNA os resultados dessas ações de fiscalização, nomeadamente ao destacamento territorial da GNR de Torres Novas, Santarém e Leiria, e também à EPNAZE de Rio Maior, que pertence tecnicamente a Santarém e está diretamente afeta à área do PNSAC.

O Exmo. Senhor Eng.º Luís Filipe Sousa referiu que é muito importante a ação preventiva antes do início da campanha, uma vez que apenas as entidades que pretendem cumprir é que fazem os pedidos necessários, sendo que o problema eventualmente serão as restantes.

A Exma. Senhora Eng.ª Paula Lança mencionou que poderá propor que o IAPMEI, enquanto entidade gestora da plataforma de licenciamento industrial, disponibilize uma listagem, a partir do ano de 2009, de todas as lagoas que se encontram licenciadas nos concelhos de Alcanena, Santarém, Torres Novas, Porto de Mós e Batalha, nomeadamente constando nome, NIPC, freguesia e concelho.

Passando para a Universidade de Aveiro, a Exma. Senhora Professora Doutora Isabel Capela reiterou a disponibilidade para colaborar na análise de documentos e relatórios, nomeadamente os relativos à monitorização da qualidade do ar e à auditoria à ETAR, Aterro de Lamas e Unidades Industriais.



Município de Alcanena

Câmara Municipal

Relativamente à questão dos Estágios, esclareceu que pertence a cada Departamento a gestão dos Estágios dos respetivos cursos, sendo que irá tentar avaliar essa possibilidade no âmbito do curso de Engenharia do Ambiente.

No que se refere às ações propostas pela Associação Centro Ciência Viva do Alviela, a Eng.ª Maria João Santos referiu que se pretende incluir no plano de atividades ações de sensibilização focalizadas nas matérias de interesse do Observatório, nomeadamente em colaboração com a Ordem dos Engenheiros na indicação de oradores/investigadores com relevância nas diferentes áreas. Referiu especificamente as ações de sensibilização na área de influência do rio Alviela que irão ser realizadas no âmbito do projeto “Por Este Rio Acima”, financiado pelo Fundo Ambiental.

Após a intervenção de todos os presentes, a Exma. Senhora Presidente propôs o agendamento da próxima reunião para o dia 27 de Novembro do corrente ano, reforçando ainda o convite enviado para acompanhar a visita da Exma. Senhora Secretária de Estado da Indústria ao concelho de Alcanena, já no próximo dia 14 de Setembro.

E nada mais havendo a tratar, a Exma. Senhora Presidente deu por terminada a reunião, agradecendo uma vez mais a presença de todos e reconhecendo a importância dos contributos das diferentes entidades para a concretização do Plano de Ação para 2018, dando assim por concluída a reunião de que se lavrou a presente ata.